



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ  
CONSELHO SUPERIOR

**RESOLUÇÃO Nº 007, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015**

Cria, *ad referendum*, o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Formação Pedagógica para Docência na EPT.

**O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ**, no uso da competência que lhe foi subdelegada mediante a Portaria nº 264/GR, de 01/03/2013, considerando o processo nº 23255.008363.2015-91 e o Ofício nº 181/2015/DDR/SETEC-MEC,

**R E S O L V E**

Art. 1º - Criar, *ad referendum* do Conselho Superior, o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade a distância.

Tássio Francisco Lofti Matos  
**Presidente em exercício do Conselho Superior**

Atesto que a matéria desta Resolução foi referendada em Reunião do CONSUP, conforme o que consta da Ata de 22/06/2015.

\_\_\_\_\_  
Secretária dos Conselhos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal  
**Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede**

**PLANO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES DA REDE FEDERAL  
(PLAFOR)**

CHAMADA

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SETEC/MEC** convida os interessados a apresentarem candidatura nos termos aqui estabelecidos, em atendimento ao PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES DA REDE FEDERAL para oferta do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade à distância.

## 1. OBJETO

**1.1** O objeto consiste na seleção de até 10 (dez) instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo preferencialmente duas em cada região geográfica do país, para atuar em rede com outras instituições da Rede Federal de EPCT na oferta do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade à distância e conforme demanda, aos docentes da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico portadores de diploma de curso de graduação (não licenciado ou habilitado).

## 2. DA CANDIDATURA

2.1. A instituição da Rede Federal de EPCT que tenha interesse em candidatar-se para ofertar o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica aos docentes, deverá, até a data limite para candidatura:

2.1.1. Enviar via postal, os **Anexos I, II, III, IV, V e VI** devidamente preenchidos, assinados e rubricados para:

**Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas – CGDP/SETEC/MEC  
Esplanada dos Ministérios Bloco L  
CEP: 70.047-900 - Brasília / DF**

2.1.1. Informar quais instituições da Rede Federal de EPCT participarão conjuntamente na oferta do curso, **Anexo VIII**, com as devidas anuências;

2.1.2. Informar a infraestrutura disponível para a oferta do curso, **Anexo III**;

2.1.3. Resolução que aprova, na instância superior da instituição, a oferta do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Formação

Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica na forma da proposta de **Projeto Pedagógico de Curso – ANEXO IV**;

- 2.1.4. Apresentar comprovante de credenciamento (portaria ou protocolo de renovação de credenciamento) para oferta de curso EAD pleno ou para especialização, junto a SERES, conforme Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

### 3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.1. Os critérios de elegibilidade indicados abaixo são obrigatórios e o atendimento aos mesmos é considerado imprescindível para o exame da candidatura, seu enquadramento, análise e julgamento.

3.2. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer deles poderá resultar na desclassificação da proposta.

3.3. A instituição da Rede Federal EPCT que tenha interesse em candidatar-se para ofertar o curso deverá:

- 3.3.1. ser ofertante ou ter ofertado cursos de formação de professores e/ou licenciaturas, **ANEXO II**;
- 3.3.2. possuir condições de implementar o curso de especialização em EAD, objeto desta Chamada, conforme detalhamento no item 20 do **ANEXO IV**;
- 3.3.3. apresentar **Projeto Pedagógico de Curso**, estruturado conforme **ANEXO IV**;
- 3.3.4. apresentar cronograma de desembolso conforme **ANEXO V**;
- 3.3.5. apresentar cronograma de execução do curso conforme **ANEXO VI**;
- 3.3.6. ofertar 100 vagas para a SETEC, do curso a ser oferecido, atendendo professores do quadro de pessoal da instituição ofertante, podendo essa oferta ser realizada em parceria com outras instituições da Rede Federal de EPCT (polos);

### 4. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. Os critérios para classificação das instituições são:

Nº	Cré debates de análise e julgamento	Pontuação	Pontuação Máxima
1	Ser ofertante de cursos de formação de professores (Programa de Formação Pedagógica para portadores de diploma superior) - indicar o período de oferta – Anexo II	2 pontos por ano	10
2	Ser ofertante de cursos Licenciatura - indicar o período de oferta – Anexo II	1 pontos por ano	5
3	Ser ofertante de cursos na modalidade à distância - indicar o período de oferta – Anexo VII	1 ponto por ano	5
5	Projeto Pedagógico em conformidade com o Anexo IV	--	2
4	Ter parceiros (polo), Anexo I	1 ponto por instituição parceira (polo)	3
TOTAL			25

4.2. Serão classificadas 10 instituições, sendo 02 por região geográfica. No caso de uma mesma região apresentar mais de 02 instituições os critérios de classificação serão:

4.2.1. As duas instituições da região com maior pontuação;

4.3. No caso de empate entre as instituições da mesma região, será considerado maior pontuação nos itens 1, e no caso de novo empate o item 3. Persistindo o empate será feito sorteio.

## 5. ITENS FINANCIÁVEIS

5.1. Para a execução da presente Chamada as instituições selecionadas terão recursos no valor máximo de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) por aluno/turma/curso.

5.2. O recurso disponibilizado deverá ser utilizado para atendimento das necessidades do curso, na respectiva instituição, de acordo com as exigências da lei, detalhado no cronograma de desembolso (Anexo V).

## 6. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

6.1. Os recursos destinados a esta Chamada, no exercício de 2015/2016, serão descentralizados pela SETEC/MEC em favor da Instituição ofertante.

6.2. Os recursos serão repassados de acordo com a disponibilidade orçamentária e a execução financeira.

## 7. CRONOGRAMA

Atividade	Data
Lançamento da chamada	01/12/2014
Data limite para candidatura	16/01/2014
Análise das propostas	19/01/2015 a 22/01/2015
Divulgação dos resultados	a partir de 23/01/2015
Lançar o Termo de Cooperação relativo ao financiamento do curso no SIMEC	A partir da divulgação do resultado
Seleção dos alunos, preparação de material didático e infraestrutura para oferecer o curso	Fevereiro/2015
Início das aulas	Março/2015
Descentralização de recursos.	Conforme cronograma do Termo de Cooperação lançado no SIMEC
Conclusão do curso	Setembro/2016
Relatório final com prestação de contas	Até Novembro/2016

## 8. RESPONSABILIDADES DA SETEC/MEC

8.1. Constituir comissão para selecionar as propostas apresentadas;

8.2. Descentralizar recursos para os projetos aprovados;

8.3. Acompanhar, por meio da CGDP/DDR, a implementação dos projetos financiados;

8.4. Receber a prestação de contas da instituição ofertante, conforme SIMEC;

## **9. RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO**

### **9.1. A Instituição ofertante deverá:**

- 9.1.1. Articular-se com outras instituições da Rede Federal de EPCT para a implantação de polos antes da apresentação da proposta, quando for o caso;
- 9.1.2. Apresentar proposta em conformidade com as orientações constantes nesta chamada;
- 9.1.3. Receber e gerir, com base nos princípios da Administração Pública, os recursos que forem descentralizados, bem como devolver os que não forem utilizados ao final do exercício;
- 9.1.4. Selecionar professores com perfil que atenda a Educação Profissional e Tecnológica em nível de especialização, nos termos do Art. 4º, da Resolução CNE/CES 1/2007, de 8 de junho de 2007.
- 9.1.5. Realizar a seleção dos candidatos;
- 9.1.6. Disponibilizar a infraestrutura necessária à realização do curso;
- 9.1.7. Certificar os cursistas concluintes;
- 9.1.8. Manter toda a documentação, dados e informações atualizadas para fins de monitoramento da SETEC e prestação de contas a este Órgão após a finalização do projeto;
- 9.1.9. Manter disponível os registros acadêmicos dos cursistas;
- 9.1.10. Encaminhar Relatório de Monitoramento a fim facilitar o acompanhamento do projeto, quando solicitado, contendo:
  - 9.1.10.1. Índice máximo de evasão do curso de no máximo de 15%.
  - 9.1.10.2. Informar toda a Produção Científica ou Tecnológica resultante do processo.
  - 9.1.10.3. Seminários e outras atividades de socialização da produção do conhecimento, que foram aplicados no desenvolvimento do processo.
  - 9.1.10.4. Qual o número de alunos que alcançaram a média de 70% (setenta por cento).
  - 9.1.10.5. Resultado da avaliação do curso pelos estudantes e docentes.
- 9.1.11. Disponibilizar no site da instituição e no domínio público os resultados dos Trabalhos de Conclusão de Curso, bem como incentivar a socialização destes resultados.

## **10. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 10.1. A oferta do curso será na modalidade de educação à distância, com carga horária total mínima de 540 horas, distribuídas em três núcleos curriculares estruturantes compostos por nove componentes curriculares, incluindo trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, conforme previsto no Anexo IV dessa Chamada ou propostas que contemplem

um currículo similar, mesmo com estrutura diferente, desde que aprovadas pela comissão de seleção.

10.2. O curso poderá ser utilizado pelas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como parte do Programa de Recepção de Docentes, em observância ao art. 12 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.

10.3. A ampliação da oferta, para atender além das 100 vagas destinadas à SETEC, para docentes da própria instituição, de outras instituições da Rede Federal de EPCT, ou até mesmo para o público geral, será de total responsabilidade do ofertante.

10.4. As possíveis alterações na execução do projeto de curso deverão ser informadas pela Instituição à SETEC (informar o setor/equipe responsável pelo acompanhamento do projeto no MEC), antes de sua efetivação.

10.5. Para a realização do curso será necessário:

10.5.1. Aprovação do Projeto Pedagógico de Curso – conforme proposta no Anexo IV desta Chamada, na respectiva instância de deliberação máxima da instituição, antes do início do curso.

10.5.2. Credenciamento da Instituição ofertante no Cadastro Nacional de Cursos de Especialização do Sistema e-MEC, em observância às Resoluções CNE/CES nº 01, de 08 de junho de 2007, e CNE/CES nº 2, de 12 de fevereiro de 2014, assim como à Instrução Normativa Nº 1, de 16 de maio de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES/MEC.

10.6. A participação do docente, como aluno, neste curso também poderá compor os critérios de avaliação especial de desempenho em estágio probatório, de acordo com o art. 24 da Lei 12.772.

10.7. Esclarecimentos e informações adicionais sobre o conteúdo dessa Chamada poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico [plafor.setec@mec.gov.br](mailto:plafor.setec@mec.gov.br) ou pelos telefones (61) 2022-8645 ou (61) 2022 8635.

Brasília, dedezembro de 2014.

**ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS**  
Secretário

## ANEXO I

**ANUÊNCIA PARA CANDIDATURA DA OFERTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – 2015/2016.**

<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ - IFCE	
<b>CNPJ</b>	35.005.347/0001-01	
<b>NOME DO GESTOR MÁXIMO</b>	VIRGÍLIO AUGUSTO SALES ARARIPE	
<b>CPF</b>	163.775.913-49	
<b>PRÓ-REITOR RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</b>	<b>Nome</b>	AUZUIR RIPARDO DE ALEXANDRIA
	<b>Telefone</b>	(85)3401-2328 / (85)8776-0400
	<b>Email</b>	auzuir@ifce.edu.br
<b>COORDENADOR DO CURSO</b>	<b>Nome</b>	HOBSON ALMEIDA CRUZ
	<b>Telefone</b>	(85)8833-0872 / (85)3401-2335
	<b>Email</b>	hobsoncruz@gmail.com
	<b>CPF</b>	527.849.243-00
<b>INSTITUIÇÕES PARCEIRAS</b>	<b>1</b>	
	<b>2</b>	
	<b>3</b>	

De acordo com a candidatura desta instituição para ofertar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, garantindo como contrapartida institucional a infraestrutura necessária para o cumprimento da proposta, incluindo-se espaço administrativo, corpo docente e técnico-administrativo, equipamentos e materiais de consumo para rotinas administrativas e um meio de comunicação institucional para a execução do projeto nos termos da Chamada em atendimento ao PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES DA REDE FEDERAL.

---

Assinatura e Carimbo do gestor máximo



### ANEXO III

#### INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL PARA A REALIZAÇÃO DO CURSO

<b>SALAS DE AULA</b>	03
<b>RECURSOS DE INFORMÁTICA</b>	02 salas de videoconferência
	03 salas de laboratório de informática
<b>ESTRUTURA DE APOIO</b>	01 sala de Coordenação de Curso
	02 salas de Coordenação de Tutoria
	01 sala produção pedagógica
<b>BIBLIOTECA/ACERVO BIBLIOGRÁFICO</b>	Acesso à Biblioteca Virtual Universitária (BVU) com 68 títulos relacionados ao assunto Educação
<b>OUTROS</b>	

## ANEXO IV

### PROPOSTA DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

#### 1. Dados de Identificação

Curso: **Pós-graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica.**

Área: **Educação.**

Habilitação: **Docência na Educação Profissional e Tecnológica.**

Forma de oferta: **O curso será ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, nos campi Fortaleza e Juazeiro do Norte, via ambiente virtual.**

Turno de funcionamento: **matutino, vespertino ou noturno.**

Número de vagas: **140 professores por instituição no ano de 2015/2016.**

Periodicidade da oferta: **anual.**

Carga horária total: **680 horas**

Duração: **a duração máxima do curso será de 18 meses**

Requisitos para inscrição e matrícula: **ser professor em exercício da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e portador de diploma de curso de graduação (bacharelado ou superior de tecnologia).**

Nome do coordenador do curso: **Hobson Almeida Cruz**

Polos de oferta do curso: ***Campi de Fortaleza e Juazeiro do Norte***

#### 2. Apresentação do Projeto

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia como modelo institucional inovador, assumindo o protagonismo do processo de expansão das políticas educacionais federais com forte inserção na área da pesquisa aplicada, extensão tecnológica e na formação de professores para as redes públicas de educação básica. Assumem valor estratégico para o desenvolvimento nacional, com atuação no ensino fundamental e médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos, na formação inicial e continuada de trabalhadores, na formação de técnicos, nos cursos superiores de tecnologia, nas licenciaturas e em cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, em todos os estados brasileiros.

Os Institutos trazem inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação das políticas de educação.

Considerando que a Rede Federal de EPT atualmente possui um quadro de 27.966 professores efetivos, dos quais 17.140 (61%) tem tempo de serviço entre 0 e 5 anos, 3.991 (14%) entre 6 e 10 anos, logo 75% do quadro de professores ingressaram na Rede Federal nos últimos dez anos.

Considerando que no Brasil não há uma oferta estruturada de formação de professores para educação profissional e tecnológica, resultando na ausência de saberes e competências pedagógicos específicos para atuar nos diversos níveis e modalidades de ensino da EPT, delineia-se a necessidade para formação de professores em docência na educação profissional e tecnológica, em cursos de pós-graduação *latosensu*, inicialmente, que poderão ser a base de futuros cursos *stricto sensu*.

### **3. Concepção do Curso**

O curso ora proposto permite o emprego de metodologias participativas que se desenvolverão seja através da EaD, seja através de encontros presenciais; a vivência das situações de ensino, pesquisa, extensão e de gestão, para nelas promover a atuação prática à luz da reflexão teórica. Ressaltamos que, dentro da carga horária prevista para as disciplinas, a partir do momento presencial, em concomitância com as atividades a distância, os alunos serão direcionados à vivência de uma prática orientada, desenvolvendo projetos, os quais se voltarão para o estudo e intervenção do contexto em que estão inseridos, sendo estes concebidos dentro da proposta de uma pedagogia sociointeracionista e fundamentados nos seguintes pressupostos:

- A integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, a qual contribui para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam na EPT, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como exigência da prática educativa;
- A necessidade da formação de um profissional que possa atuar em diversos níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica como professor, pesquisador, formador de formadores, gestor educacional de programas e projetos, e formulador e executor de políticas públicas;
- A contribuição da pós-graduação para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam ou venham a atuar na esfera educativa da EPT, sustentando sua prática pedagógica nos princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da flexibilidade ante às exigências crescentemente adaptativas.

#### **3.1 O formato do curso a distância e seu modelo de gestão**

A despeito das diversas nomenclaturas e modelos de Educação a Distância, o termo EAD é utilizado no Brasil genericamente para englobar a “*modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos*” (DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005 que Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

O Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Ceará, terá sua preparação,

desenvolvimento, elaboração de conteúdo, produção de material didático, acompanhamento das disciplinas, tutoria a distância, realização e controle das avaliações, emissão de diplomas e certificados e demais operacionalizações centralizadas na Diretoria de Educação a Distância da Pró-Reitoria de Ensino, interfaciada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão do Instituto e sua operacionalização será realizada pela equipe multidisciplinar do Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância – NTEAD sob coordenação designada pela Direção Geral.

Assim sendo, o NTEAD do IFCE proporcionará o apoio e estrutura tecnopedagógica adequada para facilitar a circulação dinâmica do material didático, as interações instituição-professor-tutor-aluno-conteúdo, as avaliações, a capacitação dos atores envolvidos nas práticas e metodologias de EAD (professores, coordenadores, tutores, estudantes), ou seja, todo o apoio tecnopedagógico exigido nas práticas de EAD para assegurar a qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Com vistas a maximizar as potencialidades pedagógicas das diversas mídias e com isso também atender às diversas necessidades e múltiplos perfis que são característicos do estudante que aprende remotamente, notadamente da rede pública de ensino, possibilitando-lhe um retorno efetivo às suas dúvidas e anseios, bem como propiciando o diálogo necessário no processo de análise e produção do conhecimento na integralidade dos módulos, tendo como ambiente de curso predominante o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizando a plataforma Moodle e material impresso.

Para isso será necessário que todo o processo de organização da aprendizagem seja pautado numa visão sistêmica que considere formação/capacitação continuada dos atores envolvidos (professores formadores, professores conteudistas, tutores, equipe técnica e pedagógica) para a elaboração do material didático apoiados na perspectiva multidisciplinar do processo de produção, dos meios e dos materiais utilizados. Bem como, o sistema de assistência ao aluno por meio da tutoria, a avaliação contínua para que o aluno tenha efetivamente controle sobre seus percursos de formação e tenha o sentimento de pertença no processo.

Explicita-se, a seguir, como o IFCE organiza o curso quanto à interação com o estudante, a tutoria e os materiais didáticos:

### **3.1.1 A interação com o estudante**

Um sistema de ensino a distância, para um funcionamento eficaz, deve ser adaptado ao aluno, da melhor forma, objetivando motivar e satisfazer as necessidades do estudante, tanto em termos de conteúdo quanto de estilos de aprendizagem.

A interação e interatividade são os aspectos mais importantes para garantir a qualidade e eficácia do processo formativo a distância e manter o estudante participante ativo no processo, além de permitir ao professor e/ou tutor identificar e atender as necessidades individuais dos estudantes, ao mesmo tempo em que se possibilita um fórum de sugestões para o aprimoramento do curso.

Belloni (2001) alerta que a interatividade com o aluno remete também a uma questão política, como se pode observar na citação a seguir:

a integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais é antes de mais nada, uma questão política: os processos de socialização dependem das escolhas políticas da sociedade [...] a integração das inovações tecnológicas vai depender então da concepção

de educação das novas gerações que fundamenta as ações políticas do setor. (p.54-55)

Tal afirmação nos leva a refletir sobre a importância do processo educacional que vai desencadear a partir da integração dos novos meios, como é o caso deste curso. Desta forma, o desenvolvimento metodológico deverá ultrapassar a mera inserção das técnicas e a partir delas promover um verdadeiro processo de emancipação. Assim, deve-se considerar as estratégias para a interação e o *feedback* para o estudante, tais como:

- a integração de vários meios de interação: telefone, fax, computador para acesso a ferramentas de comunicação como correio eletrônico, fóruns, chats e Ambiente Virtual de Aprendizagem, para contato individual e tutoria mesclado com encontros presenciais e virtuais;
- comentários detalhados sobre as tarefas por escrito, indicando fontes adicionais para informação suplementar. Devolver as tarefas sem demora, por meio do correio eletrônico ou Ambiente Virtual;
- o estabelecimento de horas de atendimento aos estudantes;
- ao iniciar o curso, solicitar que os alunos estabeleçam contato com o professor e interajam entre si através de correio eletrônico, telefone ou outro meio, para que se sintam à vontade com o processo;
- manter e partilhar fontes de pesquisa nas áreas curriculares do curso como revistas eletrônicas e links pode ser bastante eficaz neste sentido;
- a garantia da participação de todos os estudantes nos encontros; e
- o uso de um “facilitador” em cada grupo para estimular a interação dos alunos que se mostrarem hesitantes em fazer perguntas ou participar. O facilitador pode agir como sendo os “olhos e ouvidos” do professor nas unidades remotas.

### **3.1.2 O Papel da Tutoria**

A interação com o estudante é feita pelo tutor designado sob a supervisão do professor formador. Tanto na interação presencial quanto a distância o papel do tutor é fundamental posto que a tutoria é elemento essencial no processo de aprendizagem a distância e agente direto de interação entre professor e conteúdo.

As principais funções da tutoria objetivam apoiar a aprendizagem a distância visando a formação do saber, do saber-fazer e do saber-ser.

O tutor é a pessoa diretamente ligada ao estudante durante o curso por intermédio das mídias utilizadas: entrar em contato por e-mail, telefone, encontros presenciais e outras formas a serem combinadas no início das atividades e previstas no cronograma.

As funções básicas do tutor são:

- Orientar e estimular os estudantes no processo de ensino/aprendizagem;
- Estar em contato constante com os estudantes enviando notícias do curso, lembretes, convites a uma participação mais ativa, inclusive “cobrando” atividades não cumpridas nos prazos estipulados;
- Indicar materiais e leituras complementares;

- Promover a adesão de alunos periféricos por meio de estratégias personalizadas;
- Atender dúvidas metodológicas e de conteúdo em conjunto com o professor formador e/ou responsável por sua produção;
- Avaliar as atividades realizadas a distância.

Os tutores serão escolhidos por processo seletivo e deverão ter o seguinte perfil: ser graduado ou pós-graduado, ter domínio técnico-científico nas áreas temáticas onde será alocado, domínio de informática, disponibilidade de tempo para a função incluindo possíveis deslocamentos para os encontros presenciais, possuir habilidade de comunicação, conhecer as ferramentas interativas do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), participar do curso de capacitação.

#### **4. Justificativa**

Nos últimos anos, a educação profissional se destaca na discussão e formulação de políticas públicas no País. No documento produzido pelo MEC, no ano de 2003, denominado “Políticas Públicas para a Educação Profissional (EPCT)”, a formação docente consta como uma das prioridades, constituindo-se um direito e uma condição para a expansão qualitativa e quantitativa do ensino técnico-profissional no Brasil.

Esta formação de docentes para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional constitui um dos objetivos do IFCE, oferecendo atualização pedagógica para seus professores e demais pertencentes à rede.

Reforça-se essa necessidade premente e urgente visto a execução dos projetos e programas instituídos pelo Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE no qual o MEC vem investindo maciçamente na educação básica, na educação profissional e na educação superior porque elas estão ligadas, direta ou indiretamente.

Dentre as diversas frentes, na educação profissional, a principal iniciativa do plano é a criação e expansão dos Institutos Federais, já realidade, destinados a funcionar como centros de excelência na formação de profissionais para as mais diversas áreas da economia e de professores para a escola pública.

Os Institutos estão sendo instalados em cidades de referência regional, de maneira a contribuir para o desenvolvimento das comunidades próximas atuando na qualificação e na formação profissional, técnica e tecnológica e no combate ao problema da falta de professores em disciplinas como física, química, matemática e biologia.

Nesse aspecto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE (anterior CEFETCE) já conta com 23 unidades implantadas e mais de 19 mil alunos em cursos presenciais e semipresenciais, representando um avanço significativo no estado do Ceará.

Dentre os programas do PDE para EPT destacam-se os Catálogos de Cursos Técnicos de Nível Médio e de cursos superiores de tecnologia, Pró-funcionário, Reforma do Sistema 5S, os Institutos Federais e expansão, Pro-jovem e saberes da Terra, ProEJA, Lei do Estágio, e-TEC, Pronatec e Brasil Profissionalizado.

A evolução do IFCE, aliada ao novo contexto regional, apontam para um posicionamento estratégico: sua transformação em Universidade Tecnológica. Este novo “status” institucional de Universidade Tecnológica representa a visão de futuro do IFCE e se constitui no elemento mobilizador da comunidade para o comprometimento com a continuidade de seu crescimento institucional necessário para acompanhar o perfil atual e futuro do desenvolvimento do Ceará.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE), através do Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NTEAD), vinculado à Diretoria de Educação a Distância, ligado à Pró-reitoria de Ensino tem atuado em formação profissional na coordenação dos projetos e programas de EAD, como o Pró-Funcionário, o Portal EPT Virtual, UAB, e-TEC e Brasil Profissionalizado.

Como participante do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, o IFCE desenvolve dois cursos superiores a Distância: Licenciatura em Matemática e Tecnologia em Hotelaria. Dentre sua experiência em Educação a Distância, desenvolve cursos do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores–Profucionário em parceria com a Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará e da Rede Escola Técnica Aberta do Brasil- E-TEC (SETEC/MEC) com dez cursos técnicos de nível médio (Meio-ambiente, Segurança do Trabalho, Informática, Eletrotécnica, Edificações, Agronegócios, Automação Industrial, Comércio, Química, Redes de Computadores). Na pós-graduação *latu sensu*, foram ofertados três cursos: Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase na Diversidade;Especialização em Produção de Material Didático com Ênfase na Diversidade; e Especialização em Turismo e Hospitalidade. Os dois primeiros cursos foram frutos da parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o de Turismo e Hospitalidade, com a Secretaria de Educação Profissional – SETEC/Programa Brasil Profissionalizado. Ainda em parcerias com essas secretarias oferecemos o curso de extensão em Mediadores de Leitura, pela SECADI e de Formação em Docência em Educação Profissional nos Níveis Básico e Técnico para professores da rede estadual de educação profissional do Estado do Ceará, pela SETEC. Além disso, atuamos fortemente na pesquisa, inovação e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas e pedagógicas para o uso nos cursos presenciais e a distância como produção de conteúdo, sistemas de gestão, sistema de avaliação, entre outras, gerando-se, além dos produtos que serão incorporados ao Portal do MEC, trabalhos acadêmicos como monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O projeto, ora proposto, do Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, constitui, numa primeira etapa, a oportunidade para a formação e qualificação de 100 professores dos *campi* que constituem a rede do IFCE.

A educação presencial nas suas diferentes modalidades e níveis constitui a fórmula pedagógica universal no campo da educação e formação em geral. Entretanto, essa realidade é impelida a mudar substancialmente com a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação, notadamente no mundo da formação superior, profissional e tecnológica. Com isto, pode-se facilitar e/ou agilizar o acesso ao conhecimento, ampliar a oferta de vagas no ensino, personalizar e/ou expandir a formação do educando, bem como economizar tempo, deslocamento e infraestrutura física entre outros fatores que tornaram a Educação a Distância - EAD um sistema qualitativo e eficiente de provimento de formação, aprendizagem e colaboração.

O IFCE tendo como referência a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9394/96) que enuncia em seu Artigo 80 a inclusão da EAD, regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05, se propõe a oferecer o Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica visando atender a uma demanda reprimida de professores bacharéis que atuam na rede federal de ensino da educação profissional e tecnológica do estado do Ceará e que possuem atividades técnicas, além das atividades docentes, tendo que conciliar os trabalhos, estudos, família e afetividade em geral.

Desta feita, o IFCE é apto a expandir o acesso à formação e interiorizar, pela via da modalidade de Educação a Distância, levando formação necessária àqueles indivíduos e profissionais que estão distantes dos grandes centros de ensino e/ou que enfrentam limitações no ensino presencial. Tal modalidade deve assegurar a concepção, produção, difusão, gestão e avaliação dos projetos e programas de EAD sob a responsabilidade de uma equipe multidisciplinar representativa das diferentes Áreas do Conhecimento provenientes dos diversos Setores/Departamentos e Cursos da Instituição que constitui o Núcleo de Tecnologia Educacionais e Educação a Distância.

Devido à especificidade do curso e seu modelo pedagógico, o curso utilizará como espaço de formação, o ambiente virtual de aprendizagem – AVA, plataforma Moodle, no qual será desenvolvido todo processo formativo, dando acesso aos alunos a livros virtuais, fóruns de discussão, bate-papo e atividades diversificadas, visando alcançar o ponto de equilíbrio entre o conteúdo e a atividade experimental; e entre o indivíduo e a aprendizagem colaborativa de forma a diminuir a distância espaço-temporal e aumentar a presença no curso.

O IFCE, amparado pela legislação, reconhece a importância estratégica do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação-TIC como apoio e enriquecimento do ensino presencial e da modalidade a distância para expansão do ensino, ampliação do acesso e sua democratização. Para tanto, vem envidando esforços a fim de assumir o desafio e consolidar-se como centro de excelência em EAD com o objetivo de levar a educação onde for necessário.

## **5. Objetivos**

### **a. Objetivo geral**

- Formar docentes com conhecimento sobre Educação Profissional e com saberes sobre a docência, nessa modalidade de ensino, contribuindo, assim, para a atuação dos professores em salas de aula, bem como em seu desenvolvimento profissional.

### **b. Objetivos específicos**

- Desenvolver formação teórico-prática em educação profissional para aprimorar a prática docente nesta modalidade de ensino;
- Desenvolver e consolidar concepções didático-pedagógicas ampliada de educação profissional, permitindo o aprofundamento de conhecimentos tecnopedagógicos e efetividade da prática docente mediante didática apropriada à EPT;

- Promover a formação dos educadores, instrumentalizando-os para uma análise crítica das modificações ocorridas no mundo do trabalho e suas repercussões na educação profissional;
- Desenvolver linhas de pesquisas relacionadas aos fundamentos e às práticas educativas no âmbito da educação profissional básica e técnica visando à busca de inovações pedagógicas, alternativas e soluções para problemas da EPT em todos os níveis;
- Apropriar os fundamentos teórico-conceituais e metodológicos da EPT;
- Desenvolver competências para participar em programas e projetos de EPT;
- Preparar o docente para atuar em diferentes segmentos da sua formação técnica-profissional, fornecendo-lhe as ferramentas didático-pedagógicas para atuação nas áreas de conhecimento em que mais se destacam.

## **6. Público alvo e requisitos de acesso**

O curso é destinado a professores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico portadores de diploma de curso de graduação (bacharelado ou superior de tecnologia).

## **7. Processo Seletivo e Ingresso**

- a. Para ter acesso ao curso o professor deve:
  - i. ter graduação completa; e
  - ii. ser selecionado pela instituição ofertante.

### **b. Período de Seleção**

Conforme Cronograma de Execução do Curso - Cronograma de Execução do Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica – ANEXO IV.

### **c. Perfil do Egresso**

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica deve apresentar como perfil profissional a capacidade de:

- a. Atuar em diferentes níveis de ensino, instituindo espaços participativos na relação ensino e aprendizagem pautada pelo respeito mútuo, assim como pelo respeito à trajetória e aos saberes dos estudantes.
- b. Promover a ênfase na relação dos conhecimentos científicos e técnicos, assim como com o mundo do trabalho.
- c. Desenvolver ações que consolidem a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.
- d. Promover o processo educativo de caráter crítico-reflexivo com atitude orientada pela e para a responsabilidade social.

- e. Promover a integração entre a educação profissional e tecnológica e a educação básica, através dos eixos de verticalidade e horizontalidade.
- f. Orientar o processo de ensino e de aprendizagem a partir da problematização e da mediação, visando à formação crítica, humanística e a competência técnica na área do conhecimento e de atuação profissional dos estudantes.
- g. Estabelecer relações entre estado, sociedade, ciência, tecnologia, trabalho, cultura, formação humana e educação.

## 8. Organização curricular

O curso está estruturado em três eixos, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 02/1997:

- a. **NÚCLEO CONTEXTUAL - BASES FILOSÓFICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS**, visando à compreensão do processo de ensino aprendizagem referido à prática de escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.
- b. **NÚCLEO ESTRUTURAL - BASE DIDÁTICO-PEDAGÓGICA**, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.
- c. **NÚCLEO INTEGRADOR - BASES INTEGRADORAS DO ENSINO**, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.

## 9. Matriz curricular

Núcleos	Componentes curriculares	Carga horária		
		Presencial	A Distância	Prática
Contextual - Bases Filosóficas e Políticas Educacionais	AMBIENTAÇÃO EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS À EPCT.	08	22	20
	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	08	22	0
	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	08	22	0

	POLÍTICAS E PROGRAMAS DA EP NOS NÍVEIS BÁSICO E TÉCNICO.	08	22	20
	TEORIAS DA APRENDIZAGEM DA JUVENTUDE E DA IDADE ADULTA.	08	22	0
<b>Estrutural - Base Didático-Pedagógica</b>	DIDÁTICAS E METODOLOGIA DO ENSINO MÉDIO EED. PROFISSIONAL	08	52	30
	CURRÍCULO DA EP NOS NÍVEIS BÁSICO E TÉCNICO	08	22	20
	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESCOLAR	08	32	20
<b>Integrador - Bases Integradoras de Ensino</b>	PROJETO DE INTERVENÇÃO E MELHORIA DA PRÁTICA DOCENTE EM EPT (ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO)	08	42	100
	METODOLOGIA CIENTÍFICA	08	52	20
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	08	32	20
<b>Total</b>		<b>88</b>	<b>342</b>	<b>250</b>
		<b>680</b>		

## 10. Ementas Propostas

**Componente curricular:** Ambientação em Educação a Distância e Tecnologias Digitais Aplicadas à EPCT

**Ementa:** Significado e papel da educação a distância (EAD) na sociedade. Pressupostos pedagógicos e políticos que fundamentam a EAD. Inclusão digital. Telemática e educação a distância. Critérios e possibilidades de inclusão de instrumentos de mediação em projetos de EAD na educação profissional; Relação entre educação profissional e tecnologias digitais.

### **Bibliografia sugerida:**

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[www.mec.gov.br/legis/pdf/lei9394.pdf](http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei9394.pdf)>. Acesso em: 27 fev.2012.

HOFFMAN, Jeff; MACKIN, Denise. Interactive Television Course Design. Michael Moore's Learner Interaction Model, from the classroom to Interactive Television. Trabalho apresentado no International Distance Learning Conference (IDLCON), Washington DC, 1996.

MATA, Maria Lutgarda. Educação a Distância e novas tecnologias: um olhar crítico. In: Tecnologias Educacionais, São Paulo: v. 22 (123/124), 1995. P.8-11.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg.. Educação a distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PERAYA, Daniel. Qu'est-ce qu'un campus virtuel? In: CHARLIER, B. PERAYA, D. Utiliser les technologies pour apprendre. Projet, pratiques guide pour l'action. Bruxelles: De-Boeck, 2001.

SARAIVA, T. Educação a distância no Brasil: lições da história. Em Aberto, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

YOUNG, R. S. A construção das identidades dos alunos na educação virtual: uma experiência de EAD do Laboratório de Pesquisa Multimeios na Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 259fl. Dissertação (Mestrado) em Educação Brasileira - Universidade Federal do Ceará, 2008.

DESSAINT, Marie-Paule. Guide des études à distance à l'Université Laval. Laval: Université Laval, 1998.

OLIVEIRA, G. M. S. O sistema de tutoria na educação a distância. Cuiabá, NEAD/UFMT. 2006.

PALLOFF, Rena M.; PRATT, Keith. Quem é o aluno virtual? In: \_\_\_\_\_. O aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line. Porto Alegre: ArtMed, 2005. p. 23- 35.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CLASS, Bárbara. De l'éducation présentielle à l'éducation distancielle: quelques concepts et études de cas. Université de Genève. TECFA Mémo. 2001.

ROCHA, Elizabeth Matos; JOYE, Cassandra Ribeiro. Educação a distância via web: por uma tecnopedagogia? Serie "A Escola no Século XXI". Rio de Janeiro: Editora Brasport. (no prelo).

SANTIAGO, L. M. de L. Webconferência na licenciatura de matemática da UAB/IFCE: o estado do devir tecnológico. 64f. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

**Componente curricular:** Educação Profissional: História e Legislação

**Ementa:** Evolução e o Papel da Educação Profissional no Mundo. Trabalho, profissão e escolarização. Educação e Trabalho no Brasil Colônia, no Império e na 1ª República. A Educação Profissional no Estado Novo, e de 1945 a 1990. A Reforma do Ensino Médio e Profissional dos anos 90. Panorama atual da educação Profissional. Educação Profissional nas Organizações não Governamentais. Legislação da Educação Profissional.

**Bibliografia sugerida:**

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 2007.

BRASIL. Ensino médio integrado: integrar para quê? / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo. 12. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

CATTANI, Antonio David. Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Vozes, 2002.

CIAVATTA, Maria. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo entre Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. (Coleção de Estudos Culturais em Educação).

FIDALGO, F.; MACHADO, L. Dicionário da educação profissional. Belo Horizonte: In: SIMPÓSIO “EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE”, 2006. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Superior em Debate, 8). UFMG, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Ramos, Marise. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz. 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PACHECO, Eliezer. Formação de professores para educação profissional e tecnológica. In: SIMPÓSIO “EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE”, 2006. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Superior em Debate, 8).

### **Componente curricular:** Educação Inclusiva

**Ementa:** O acesso ao conhecimento e aos ambientes sociais e escolares de alunos com deficiência e altas habilidades, diante da responsabilidade de se garantir o direito à Educação, como prescrição constitucional, na educação profissional; Estudos relacionados às pessoas com deficiência, inclusão na rede profissional de ensino, na sociedade em geral e no mundo virtual; A identidade do educador e do educando na Educação Inclusiva; Saberes e fazeres da e na prática da educação inclusiva; Língua de Sinais Brasileira - Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audio-visuais; Noções de variação; Braile.

### **Bibliografia sugerida:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <[http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/ABNTNBR9050\\_2004Vc\\_2005.pdf](http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/ABNTNBR9050_2004Vc_2005.pdf)>. Acesso em: 9 out. 2013.

MEC/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre currículo**. currículo, conhecimento e cultura. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**. Recomendações para construções de escolas inclusivas. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const\\_escolasinclusivas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2013.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. Brasília: CORDE, 2009. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologiaassistiva.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2013.

ONU. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação. 1968. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convDiscrimina.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

PORTAL BRASIL. Lei que regula a contratação de pessoas com deficiência completa 21 anos. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/07/lei-que-regula-a-contratacao-de-pessoas-com-deficiencia-completa-21-anos>>. Acesso em: 26 set. 2013.

SHIMAZAKI, E. M. Fundamentos da Educação Especial. 2006. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/291-2.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2013

**Componente curricular:** Políticas e Programas da EP nos Níveis Básico e Técnico

**Ementa:** A educação profissional no cenário Brasileiro; A especificidade da educação profissional como política da educação e do trabalho; PDE; Programas e Projetos da educação

Profissional; Leis, decretos e pareceres federais que regulamentam a EP; Catálogo Nacional dos cursos técnicos.

### **Bibliografia sugerida:**

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A regulação da Educação Profissional do governo Lula: conciliação de interesses ou espaço para a mobilização. In: GEMAQUE e LIMA (org.) Políticas educacionais: o governo Lula em questão. Belém, PA: CEJUP, 2006.

BONFIM, Maria Inês (coord.). A formação docente nos centros federais de educação tecnológica: diagnóstico sobre a oferta das licenciaturas nos CEFETS. Brasília: MEC/SETEC, 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa BrasilProfissionalizado.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007.

BRASIL. Poder Executivo. Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio-Documento Base. Brasília, DF: SETEC, 2007.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. PROEJA-Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento Base. Brasília: SETEC, 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 jul. 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA, e dá outras providências. Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.478, de 24 jun. 2005. Institui no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BRASIL. Decreto nº 5154, de 23 jul. 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dá outras providências. Disponível em: <<http://www.see.rj.gov.br/coie/NOVIDADES/d0405154.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. Portaria n. 2.080, de 13 de junho de 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaportaria2080.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2012. BRASIL, Ministério da Educação. Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2010.

BRASIL. Ministério da educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em Educação Profissional e tecnológica. Concepção e diretrizes. Brasília: MEC, 2010. FONSECA, Celso Suckow. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREITAS, Helena C. L. de. A (nova) política de formação de professores a prioridade postergada. Educ. e Soc. Campinas, v. 28, n.100-Especial, p. 1203-1230, out. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A Política de Educação Profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GATTI, Bernardete A.; BARRETTO Elba S. de S.(Coords.). Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

KIRSCHNER, T. C. Modernização tecnológica e formação técnico-profissional no Brasil: impasses e desafios. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. Políticas e programas.indd 46 12/07/2013 17:39:20

MACHADO, Lucília. Diferenciais inovadores na formação de professores para a Educação Profissional. (documento técnico encaminhado à SETEC/MEC). Brasília: MEC/SETEC, 2008.

MANFREDI, S. M. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MOURA, Dante Henrique. A Licenciatura nos IFs em busca de uma Identidade. Natal, 2010. Disponível em: <[http://www.ifrn.edu.br/fonalifes/trabalhos/Dante%20Henrique%20Moura.pdf/at\\_download/file](http://www.ifrn.edu.br/fonalifes/trabalhos/Dante%20Henrique%20Moura.pdf/at_download/file)> Acesso em: 17 jan. 2011.

PILLETTI, Nelson. História da educação no Brasil. 6 ed. São Paulo: Ática, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

RUIZ, AntonioIbañez; RAMOS, Mozart Neves; HINGEL, Murílio. Escassez de professores no ensino médio: propostas estruturais e emergenciais. Brasília, MEC/CNE, 2007.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. Revista Educação. Rio Grande do Sul, v.30. n.02, 2005.

SAVIANI, Dermeval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do mec. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100-Especial, p. 1231-1255, out. 2007.

SCHROEDER, Nilva. Política nacional de formação de profissionais da educação. Natal, 2010. Disponível em: <[http://www.ifrn.edu.br/fonalifes/trabalhos/Nilva%20Schroeder.pdf/at\\_download/file](http://www.ifrn.edu.br/fonalifes/trabalhos/Nilva%20Schroeder.pdf/at_download/file)>. Acesso em: 25 jan. 2011.

SILVA, Caetana Juracy Rezende (org). Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

SILVA, Solonildo Almeida. O caminho lato sensu da precarização do trabalho docente universitário na UECE. 2005. 90 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Humanidades e Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

SOUSA, Aparecida Gasquez; BERALDO, Tânia Maria. Cursos de licenciaturas em ciências naturais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9, ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3, 2009, Paraná. Anais. Paraná: PUCPR, 2009. p. 10169-10182

**Componente curricular:** Teorias da Aprendizagem da Juventude e da Idade Adulta

**Ementa:** O desenvolvimento humano: a adolescência e a idade adulta; Desenvolvimento, educação e aprendizagem; As teorias da aprendizagem na educação profissional; O processo ensino-aprendizagem e a relação pedagógica na educação profissional.

**Bibliografia sugerida:**

ALENCAR, Eunice M. S. Soriano de. (Org.). **Novas Contribuições da Psicologia aos processos de ensino- aprendizagem.** São Paulo, SP: Cortez, 1995.

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos da Psicologia Geral.** São Paulo, SP: ÁTICA, 1993.

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de L. Trassi. **Psicologia-Uma introdução ao estudo de Psicologia.** 13.ed. São Paulo, SP: 1999.

CAMPOS, Dinah Martins de Sousa. **Psicologia da Aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 1991.

CÓRIA, Marcus. **Psicologia da Educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na Educação.** São Paulo, SP: Cortez, 1995

FADIMAN, J.; FRAGER, R. **Teoria da personalidade.** São Paulo, SP: HARBRA LTDA, 1986

GOLART, Íris Barbosa. **Psicologia da Educação: Fundamentos Teóricos e aplicação da Prática pedagógica.** 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTIN, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A Pesquisa Qualitativa em Psicologia - Fundamentos e Recursos Básicos.** São Paulo, SP: Moraes, 1994.

MACHADO, A . M. **Educação Especial em debate.** São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1997

MANNING, Sidney A. **O desenvolvimento da criação e do adolescente.** São Paulo, SP: Harbra, 1997

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia da Educação e Prática Profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1992

PATTO, Maria Helena Souza. **Introdução à Psicologia escolar.** São Paulo, SP: TAQ, 1993.

PILLETI, Nelson. **Psicologia Educacional.** São Paulo, SP: ÁTICA, 1997.

SALVADOR, César Coll. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

----- **Psicologia e currículo.** Uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. 2.ed. São Paulo, SP: ÁTICA, 1997.

**Componente curricular:** Didáticas e Metodologias do Ensino Médio e da Educação Profissional

**Ementa:** A história da didática; A didática e suas dimensões político-social e as implicações no processo de ensino e aprendizagem; Tendências pedagógicas e a didática; A formação do professor; Saberes docentes; A organização do trabalho docente; Relação professor e aluno; O ensino da Educação Profissional. Prática de microensino; engenharia didática: como organizar a metodologia e pensar o planejamento; Planejamento de ensino, características, funções. Metodologia do ensino nas disciplinas científicas e tecnológicas; Competências do professor para ensinar. A avaliação da aprendizagem na EPT. Avaliação ante os objetivos, conteúdos e métodos.

**Bibliografia sugerida:**

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Documento Base, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Brasília, 2007.

BRASIL. Ensino médio integrado: integrar para quê? / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

CARNEIRO, Moacir Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo. 12. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

CATTANI, Antonio David. Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia. 4. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Vozes, 2002.

CIAVATTA, Maria. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo entre Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. (Coleção de Estudos Culturais em Educação).

FIDALGO, F.; MACHADO, L. Dicionário da educação profissional. Belo Horizonte: In: SIMPÓSIO “EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE”, 2006. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Superior em Debate, 8). UFMG, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Ramos, Marise. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz. 2005.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

PACHECO, Eliezer. Formação de professores para educação profissional e tecnológica. In: SIMPÓSIO “EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DEBATE”, 2006. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. (Coleção Superior em Debate, 8).

## **Componente curricular:** Currículo na EP nos Níveis Básico e Técnico

**Ementa:** Currículo e sociedade; Currículo Escolar e Educacional no Brasil; Princípios norteadores do currículo; Diretrizes curriculares da Educação Profissional e Técnica; Eixos tecnológicos; Matrizes curriculares para cursos de formação inicial e continuada e técnico. Avaliação na EP.

### **Bibliografia sugerida:**

BOFF, Leonardo. Nova era: a civilização planetária. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL, MEC, PRONATEC. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em: <[http://pronatec.mec.gov.br/cnct/eixos\\_tecnologicos.php](http://pronatec.mec.gov.br/cnct/eixos_tecnologicos.php)> Acesso em julho de 2013.

BRASIL, MEC, CNE. Resolução nº 6, de 20 de Setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866)> Acesso em junho de 2013.

CIAVATA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: JANTSCH, Ari Paulo e BIANCHETTI, Lucídio. (Org.). Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GALLO, Sílvio. A orquídea e a vespa: transversalidade e currículo rizomático. In: GONÇALVES, Elisa G.; PEREIRA, Zuleide da C.; CARVALHO, Maria E. P. Currículo e contemporaneidade: questões emergentes. Campinas, SP: Editora, Alinea, 2004.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e realidade, 1993.

MOREIRA, A. F. B. Currículos e programas no Brasil. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MOREIRA, Antonio F. B; CANDAU, Vera. Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura. Organização do documento: JeaneteBeauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007.

PACHECO, José A. Currículo: teoria e práxis. Porto, Portugal. Porto Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. Escritos curriculares. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In:

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

REHEN, Cleunice M. Perfil e formação do professor da educação profissional técnica. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

SANTOMÉ, Jurjo T. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Tradução de Claudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SANTOMÉ, Jurjo T. As culturas negadas no currículo. In: SILVA, Tomaz T. da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p.159-177.

SANTOS, Lucíola L.P; LOPES, José de Sousa M. Globalização, multiculturalismo e currículo. IN: MOREIRA, Antonio Flávio B.(org.). Currículo e questões atuais. Campinas, SP. Papirus, 1997.

SILVA, Tomaz T. da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz T. da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 190-207.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

\_\_\_\_\_ O currículo como fetiche. A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**Componente curricular:** Projeto Político Pedagógico e Processo de Planejamento Escolar

**Ementa:** Projeto Político Pedagógico na educação profissional; Elaboração de diagnósticos e projetos na educação profissional; As práticas do planejamento participativo e do planejamento educacional na EP; Etapas de um plano.

**Bibliografia sugerida:**

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional e Tecnológica: legislação básica. 6ª Ed. Brasília, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: abr/2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: abr/2013.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm/). Acesso em abr/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. CNCT Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico. Manual da Unidade Escolar. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/CNCT\\_27Abr2004\\_UEscolar\\_Manual\\_Fig.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/CNCT_27Abr2004_UEscolar_Manual_Fig.pdf). Acesso em maio de 2013.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1999.

FERNANDES, Natal Lânia Roque. Professores e computadores: navegar é preciso. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FNE, PNE. O planejamento educacional no Brasil. 2011. Disponível em: <[http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento\\_educacional\\_brasil.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/pdf/planejamento_educacional_brasil.pdf)>. Acesso em abril de 2013.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 5.ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luis Armando. Temas para um Projeto Político-Pedagógico. Petrópolis, SP: vozes, 2003.

GEMERASCA, Maristela Peliçoli e GANDIN, Danilo. Planejamento participativo na escola: o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 2004.

KUENZER Acácia Zeneida; DELUIZ Neise. Pedagogia do trabalho na acumulação flexível: os processos de “exclusão includente” e “inclusão excludente” como uma nova forma de dualidade estrutural. In: Boletim técnico do SENAC. Vol. 31, nº 1 janeiro/abril de 2005. Disponível no endereço:<http://www.oei.es/n10210.htm>. Acesso em maio de 2013.

LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_,O planejamento escolar e o projeto pedagógico-curricular (cap. VIII). In: \_\_\_\_\_Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5.ed. ver. Ampli. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, H. Metodologia de Projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACHADO, Geraldo Ribas. Um estudo do perfil demandado pelo mercado de trabalho para os alunos egressos da Escola Técnica da Universidade do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio grande do Sul. Mestrado Profissional em Engenharia. Porto Alegre, 2002.

NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Projeto Político Pedagógico (PPP): guia prático para construção participativa. São Paulo: Érica, 2005

PADILHA, Paulo R. Planejamento dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

PADILHA, Paulo R. Planejamento dialógico: Como construir o projeto político pedagógico da escola. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

PERRENOUD, Philippe. Construir competências desde a escola. Tradução de: Bruno C. Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

\_\_\_\_\_, Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIAUI, Conselho Estadual de educação – CEEPI. Plano de curso da educação profissional. Disponível em: <http://www.ccepi.pro.br/> Acesso em maio de 2013

REHEM, Cleonice M. Perfil e formação do professor de educação profissional técnica. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

ROSSI, Vera Lúcia Sabongi de. Gestão do Projeto Político Pedagógico: *entre corações e mentes*. São Paulo: Moderna, 2004.

SOUSA, HERBET (Betinho). Participação. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/partic/apresent/apresent.htm>> Acesso em abril de 2013.

UFPA. Projeto pedagógico: orientações gerais para escolas de Educação Básica e Profissional. Disponível em: [www.proeg.ufpa.br/view/inicio/downloads.php?idDoc=103](http://www.proeg.ufpa.br/view/inicio/downloads.php?idDoc=103). Acesso em abril de 2013.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma P. A.(org). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, SP: Papirus, 1995

ZANON, Simone, L,M; NARDELLI, Thaise. Definição, elaboração e etapas de um projeto. In: Parolin, Sonia Regina Hierro (org.). Elaboração de projetos inovadores na educação profissional. 2a edição (revisada e ampliada). Curitiba: SESI/SENAI/PR, 2008, p. 19-37. Disponível em:<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-10/elaboracao-de-projetos-inovadores-na-educacao-profissional.pdf>. Acesso em maio de 2013.

---

\_\_\_\_\_. Projetos na escola. In: Parolin, Sonia Regina Hierro (org.). Elaboração de projetos inovadores na educação profissional. 2a edição (revisada e ampliada). Curitiba: SESI/SENAI/PR, 2008, p. 43-72. Disponível em:<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2011-10/elaboracao-de-projetos-inovadores-na-educacao-profissional.pdf>. Acesso em maio de 2013.

**Componente curricular:** Projeto de intervenção e melhoria da prática docente em EPT (ensino, pesquisa e extensão)

**Ementa:** O processo de ensino e suas relações. Atividades interdisciplinares. Práticas significativas e contextualizadas. Associação entre teoria e prática. Discussão sobre a importância da pesquisa para o educador tanto no sentido da produção de conhecimento novo, quanto no de favorecer uma intervenção adequada na realidade. A dinâmica de sala de aula, o planejamento de aula, prática e intervenção na EPT.

**Bibliografia sugerida:**

FAZENDA, Ivani Maria Arantes. O papel do estágio nos cursos de formação de professores. In: PICONEZ, S.C.B. (Coord.); FAZENDA, I.C.F. [et all]. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1994.

LIMA, Maria Socorro Lucena. A hora da prática: reflexões sobre o estágio supervisionado e a ação docente. 3 ed. Ver. Aum. Fortaleza, Demócrito Rocha: 2001.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.

PERRENOUD, Philippe. Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar. Porto Editora, 1995.

**Componente curricular:** Metodologia Científica

**Ementa:** Diretrizes metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos e elaboração de trabalhos científicos; Processos e técnicas de elaboração do trabalho de conclusão de curso; trabalho acadêmico: fichamento, resumo, artigo científico. Projeto de intervenção; Elaboração de projeto e relatório de pesquisa.

### **Bibliografia sugerida:**

GALLIANO, Guilherme A. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1979.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. Manual de Resumos e Comunicações Científicas. São Paulo, Avercamp Editora, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho Científico. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEBRUN, Jean –Luc. Guide Pratique de rédactionscientifique. LesUlis, France: EDP Sciences, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2001.

MIRANDA, J. L. C. de. GUSMÃO, H.R. Como escrever um artigo científico. Niterói,R.J.:EDUFF, 1997.27p.

DEVILLARD, Joelle. La communication scientifique entre spécialistes: Le cas de sixrevues de référence anglo-américainesenscienceéconomique. Toulouse ILeMirail, thèse. 1991.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura. 2003.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica. 11a. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PEREIRA, Maurício Gomes. Artigos Científicos: Como redigir, Publicar e Avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Cassandra Ribeiro de Oliveira e. Metodologia e organização do projeto de pesquisa: guia prático. (Notas de aula). Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. FREITAS, Maria do Carmo Duarte. Pesquisa Tecnológica. In: CD-ROM Curso de Especialização em Gestão da Inovação Tecnológica na Construção Civil. UNESC, Criciúma/SC, 2005.

**Componente curricular:** Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

**Ementa:** Orientação sobre normas e avaliação de TCC. Organização de trabalho monográfico. Orientação sobre elaboração de artigo. Estrutura de artigo. Revisão bibliográfica. Análise e discussões dedados. Formataçãode artigo científico de acordo com a ABNT. Técnica de apresentações de trabalho.

### **Bibliografia sugerida:**

A ser disponibilizada pelo orientador de acordo com o objeto de estudo e pesquisa trabalhado pelo orientando.

## **11. Materiais Educacionais**

Os materiais didáticos do curso de Especialização em Formação Pedagógica para a Docência na Educação Profissional e Tecnológica, serão utilizados para mediação do processo ensino-aprendizagem e serão produzidos pelos professores conteudistas, responsáveis porcada disciplina. Será utilizadomaterial em formato específico para a Internet, veiculado exclusivamente por meio do ambiente virtual de aprendizagem Moodle, vídeos aulas e outros, além do que, os alunos receberão todo o conteúdo no formato pdf disponibilizado através de CD-ROM.

Todo o material didático constitui-se como elemento dinamizador da construção curricular e também como balizador metodológico do curso.

## **12. Atividades Complementares**

O curso poderá ter as seguintes atividades complementares, dentre outras:

- Eventos de intercâmbio regional e nacional, que reúnam os docentes, tutores e cursistas dos polos e de outros cursos de especialização similares.
- Eventos de educação em que haja discussão das temáticas de EPT.
- Listas de discussão pela Internet, destinadas a fomentar trocas de experiências e conhecimentos entre cursistas, tutores e professores do Curso, bem como destes com os seus pares nos demais polos de especialização;
- Extensão correlata a EPT.
- Participação em projetos de pesquisa na área de educação.
- Fóruns regionais e estaduais de PROEJA e EPT, entre outros.

## **13. Sistema de Avaliação**

A avaliação como processo educativo na formação do professor, deve envolver educandos e educadores para tomadas de decisões na prática educativa ao longo do curso, compreendendo uma perspectiva política.

No contexto da educação a distância, a avaliação deve proporcionar um caráter de autonomia, de autodidaxia, pesquisa e autoria, favorecendo a formação do professor de forma crítica e consciente de seu papel.

A avaliação de aprendizagem do processo educativo do curso compreenderá a realização de exames presenciais, cumprindo o que determina o Decreto 5.622/2005, bem como, diversas atividades realizadas no ambiente virtual de aprendizagem e as resultantes das práticas orientadas, cujo foco de avaliação baseia-se na captura e análise automática das ações dos usuários, enfatizando estilos de aprendizagem, estratégia metacognitiva e motivação.

A avaliação qualitativa, que ocorre de forma contínua e com foco na aprendizagem, tem se revelado extremamente necessária na aprendizagem virtual e no desenvolvimento da autonomia do aluno por alinhar-se à lógica formativa. Embora os Ambientes Virtuais de Aprendizagem forneçam ampla quantidade de indicadores de desempenho para suporte à avaliação, há uma predominância do caráter quantitativo do processo, além do que, as especificidades de gerenciamento pedagógico de cursos suportados por tecnologias digitais acabam gerando enorme sobrecarga de trabalho ao professor/tutor, principalmente em turmas numerosas.

Desta forma, vislumbra-se um novo perfil do Professor/Tutor, sendo aquele que: deve tecer teias e não rotas; apropriar-se de toda tecnologia digital e gerenciar redes de aprendizagem; abrir-se ao novo e mergulhar na sociedade do conhecimento, da informação e de um mundo relacional e aberto.

O novo professor deve ser arquiteto de uma nova ordem de alunos, em que mentes coletivas – aprendizagem colaborativa e sociedade em rede são o caminho a seguir.

### **13.1 Sistematização de Avaliação, segundo o Regulamento da Organização Didática do IFCE**

O sistema de avaliação segue as normas instituídas no documento “Regulamento da Organização Didática” – ROD da Instituição, aprovado pela Resolução IFCE nº 033/2010, de 02 de setembro de 2010, no que versa o Capítulo II, seção IV, e subseção III, bem como o artigo 64, no âmbito do Capítulo V, no que tange à dependência.

A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento. A frequência às aulas presenciais e no ambiente virtual e demais atividades escolares é permitida apenas para alunos regularmente matriculados e aprovados.

É considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver a média mínima de aproveitamento na disciplina em curso, bem como, frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina.

Atendida em qualquer caso, a frequência mínima exigida por lei às aulas e demais atividades escolares será aprovado aluno que obtiver nota de aproveitamento igual ou superior a 7,0 (sete), resultado da média ponderada das atividades disponíveis no ambiente virtual e exames presenciais. É considerado para cálculo da média por disciplina o percentual de 40% das atividades a distância e 60% das atividades presenciais.

$$X_S = \frac{2X_1 + 3X_2}{5} \geq 7,0$$

$$X_F = \frac{X_S + AF}{2} \geq 5,0$$

## LEGENDA

$X_S$  → Média semestral

$X_1$  → Média da primeira etapa

$X_2$  → Média da segunda etapa

$X_F$  → Média final

$AF$  → Avaliação final

### 13.1.1 Módulo de repercurso

Ao final dos módulos 1 e 2 e no intervalo entre eles, somente ao aluno com reprovações por nota, independentemente do número de disciplinas em que se encontrar nesta situação, será oportunizado o módulo de repercurso das disciplinas, exclusivamente on-line, com duração de até quinze dias corridos cada.

Durante o módulo de repercurso, ao aluno será garantida a reoferta das disciplinas pendentes dos módulos acima citados, excetuando-se o módulo 3, de modo que, após concluí-las, com aprovação em todas elas, se encontre apto a cursar o módulo seguinte.

Será garantido, ainda, que todos os alunos, concluintes ou não do curso, terão direito a receber histórico parcial, constando disciplinas cursadas e notas obtidas.

## 14. Meta

Atender 100 (cem) alunos, distribuídos em 3 turmas, funcionando simultaneamente nos polos, entendidos aqui como os Campi de Fortaleza e Juazeiro do Norte.

**15. Duração do Projeto:** 18 (dezoito) meses.

## 16. Cronograma de Execução do Curso

O projeto será implementado a partir do primeiro semestre de 2015, com duração de até 18 meses, de acordo com o cronograma do curso (anexo IV).

## 17. Tecnologia

O material didático no formato CdRom será disponibilizado aos alunos com o conteúdo das disciplinas na extensão pdf.

O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA – oferece um conjunto de ferramentas computacionais que permitem a criação e o gerenciamento de cursos à distância, potencializando processos de interação, colaboração e cooperação e reunindo, numa única plataforma, possibilidades de acesso online ao conteúdo de cursos. Oferece, também, diversos recursos de comunicação/interação/construção entre aluno e professor, aluno e tutor, aluno e conteúdo, aluno e aluno.

A plataforma Moodle demonstra ser bastante adequada ao propósito do Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, pois disponibiliza diferentes ferramentas para alunos e formadores. Compreendendo que a comunicação faz-se muito necessária em AVEAs, onde são colocados avisos importantes para que o curso transcorra com tranquilidade. O Fórum de Tutores é outro espaço importante no programa, pois permite um ambiente reservado para conversas entre tutores e professores.

Os módulos são apresentados em formato de tópicos. As atividades de cada disciplina estão à disposição dos alunos neste espaço. Essas atividades são diversificadas, podendo ser avaliadas pelo professor quantitativamente e qualitativamente. Portanto esse Ambiente Virtual dá o suporte pedagógico e tecnológico necessário para que o curso atinja seus objetivos.

As ferramentas interativas, como bate-bapo, fórum, diários, diálogo, quiz, wiki, dentre outros, são trabalhadas no Moodle, possibilitando significativas trocas entre tutor e aluno. A ferramenta “Tarefa” consiste na descrição ou enunciado de uma atividade a ser desenvolvida pelo aluno. Ela é enviada em formato digital pelo Moodle, normalmente construída no editor de texto. Alguns exemplos dessas atividades são: projetos, relatórios, artigos, imagens, etc.

A videoconferência, como ambiente de ensino e de aprendizagem, não é um novo método didático, constitui-se, sim, num novo meio técnico para o ensino. Como todo meio, não possui nenhuma vertente pedagógica intrínseca. A vertente será definida no planejamento de seu uso, de acordo com os objetivos e necessidades pedagógicas do curso e das disciplinas.

Alguns benefícios de se adotar esta tecnologia encontram-se listadas abaixo:

- Eleva a motivação: os alunos ficam entusiasmados por utilizarem uma nova tecnologia para interagir com professores e outros alunos remotos.
- Aumenta a capacidade de comunicação e de apresentação: os estudantes consideram os “visitantes” da tela importantes e ficam mais conscientes da importância de aparecer e falar bem. Além disso, ao planejar e preparar uma videoconferência, os estudantes desenvolvem a capacidade de comunicação.
- Aumenta o contato com o mundo externo: muitas vezes uma visita ao vivo não é possível e, assim, o aluno tem a possibilidade de manter contato com pessoas distantes e, às vezes, bem diferentes dele.
- Aumenta a profundidade do aprendizado: Os estudantes aprendem a fazer melhores perguntas e o aprendizado se dá a partir de uma fonte primária, em vez de um livro texto.

Adicionalmente às mídias de interação para suporte ao ensino e aprendizagem, o IFCE manterá uma linha de telefone para tirar dúvidas dos participantes do curso.

## **18. Infraestrutura Física**

A estrutura física dos *campi* que abrigarão as turmas do Curso deve ser constituída, no mínimo, pelos itens abaixo especificados:

- Sala de apoio que servirá de recepção e secretaria acadêmica;
- Sala/auditório para 35 alunos equipada com projetor LCD e PC ou notebook equipado com kit multimídia;
- 1 laboratório de informática com 35 computadores com conexão à Internet e equipados com kit multimídia;
- 1 Sala de aula com capacidade para 35 alunos.

## 19. Avaliação do curso

As dimensões de avaliação do curso são a avaliação de desempenho dos tutores/professores e a avaliação da coordenação.

A avaliação de desempenho dos tutores/professores será realizada pelos estudantes ao final de cada componente curricular e em formulário específico, quando serão avaliados aspectos como vinculação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação, dentre outros.

A avaliação da coordenação será feita por 25% de estudantes e por todos os professores que atuam no curso. Deverá avaliar a capacidade de resolução de problemas, organização e empatia da coordenação.

## 20. Trabalho de Conclusão de Curso (O texto poderá sofrer alterações, supressão ou acréscimo)

O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser apresentado em forma de:

- apresentação e defesa de relatório circunstanciado referente a estágio realizado pelo estudante em instituição de educação profissional e tecnológica; ou
- apresentação e defesa de intervenção pedagógica realizada pelo estudante em instituição de educação profissional e tecnológica, na forma de trabalho monográfico ou um produto (documentário, desenvolvimento de nova tecnologia, elaboração de projeto de execução e/ou intervenção), conforme Normas da ABNT.

De acordo com o art. 6º da Resolução CNE/CES Nº 1 de 08/06/2007, a elaboração do TCC da pós-graduação deve ser individual, bem como a sua defesa também deverá atender à exigência de ser individual e presencial.

A defesa será feita por banca examinadora composta pelo orientador e dois professores, sob a forma presencial, preferencialmente, no Campus em que o aluno estiver matriculado. A banca examinadora, após a apreciação dos trabalhos, atribuirá o resultado final: Aprovado, Aprovado Condicionalmente ou Não Aprovado. No caso da Aprovação Condicional será concedido ao aluno o prazo de, no máximo 30 dias corridos a contar da data da apreciação do TCC para o cumprimento das exigências da banca examinadora.

## 21. Certificação

Ao concluir todas as etapas do curso com 70% de aproveitamento e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno fará jus ao título de **Especialista em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica**. O certificado será expedido pela Instituição ofertante, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 01/2007, de 08 de junho de 2007.

O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto na Lei nº 12.527/2011, bem como com as normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

## ANEXO V

**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

<b>Natureza da despesa</b>	<b>Descrição</b>	<b>1º Semestre 2015</b>	<b>2º Semestre 2015</b>	<b>1º Semestre 2016</b>	<b>2º Semestre 2016</b>
3.3.90.36	PESSOA FÍSICA	R\$ 24.056,67	R\$ 83.343,33	R\$ 92.486,67	R\$ 50.800,00
3.3.90.39	PESSOA JURÍDICA	R\$ 1.313,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total por Elemento de Despesa</b>		<b>R\$ 25.370,00</b>	<b>R\$ 83.343,33</b>	<b>R\$ 92.486,67</b>	<b>R\$ 50.800,00</b>
<b>Total Geral</b>					<b>R\$ 252.000,00</b>

## ANEXO VI

### **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.**

<b>ATIVIDADES</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Planejamento do curso pelas instituições ofertantes	JANEIRO	
Elaboração e reprodução de material didático.	FEVEREIRO	
Seleção e capacitação da equipe multidisciplinar responsável pelo curso	FEVEREIRO	
Processo Seletivo dos estudantes	FEVEREIRO/ MARÇO	
Matrícula	MARÇO	
Desenvolvimento dos componentes curriculares (aulas)	ABRIL	SETEMBRO
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)		SETEMBRO
Apresentação de relatório à SETEC/MEC		NOVEMBRO

## ANEXO VII

LISTAGEM DOS CURSOS EAD JÁ REALIZADOS PELA INSTITUIÇÃO – anexar cópias das resoluções do Conselho Superior que aprovaram tais cursos e períodos de oferta

<b>CURSOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b>	<b>PERÍODO DE OFERTA</b>
Licenciatura em Matemática	2007
Tecnólogo em Hospedagem	2007
Curso Técnico em Secretaria Escolar	2012
Curso Técnico em Infraestrutura	2012
Curso Técnico em Alimentação Escolar	2012
Licenciatura Em Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2012
Curso de Aperfeiçoamento de Professores para Educação Inclusiva	2013
Especialização em Aperfeiçoamento em Docência na Educação Profissional nos Níveis Básico e Técnico	2013

## ANEXO VIII

**ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA A FIM DE PARTICIPAR DA OFERTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*, EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – 2015/2016.**

<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>	
<b>INSTITUIÇÃO PARCEIRA</b>	
<b>CNPJ</b>	
<b>NOME DO GESTOR MÁXIMO</b>	
<b>CPF</b>	

De acordo com a candidatura desta instituição para, em parceira com a Instituição Proponente, ofertar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em nível de Especialização, em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, garantindo apoio em infraestrutura necessária para o cumprimento da proposta, para a execução do projeto nos termos da Chamada em atendimento ao PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS SERVIDORES DA REDE FEDERAL, quando requisitada pela proponente.

---

Assinatura e Carimbo do gestor máximo